



TÍTULO: SENSIBILIZAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS E ATENDIMENTO HUMANIZADO A LGBT+ e PVHIV.

RESUMO:

Esta proposta visa dar assessoria especializada aos servidores de saúde de Florianópolis sobre as demandas da população LGBTiq (lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersexuais e queer) e Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHIV); e busca interferir em alguns fatores que, relacionados às características de gênero, favorecem a ocorrência de práticas discriminatórias e violentas direcionadas a esses segmentos. Portanto, a proposta ora apresentada contribuirá para a melhor qualidade do serviço, possibilitando a reflexão interseccional para o acolhimento e amparo das populações supracitadas. A Estrela Guia (Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais - EG) e o Lefis/UFSC (Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia) compreendem que uma das suas principais funções sociais é de promover e estimular o estudo, o debate acerca dos indicadores sobre gênero, fomentando o conhecimento dos servidores públicos para possibilitar a preservação de direitos e a humanização da prática. Na medida em que, por meio da reflexão, é possível descortinar as relações de poder, o Lefis/UFSC é convocado pela EG a contribuir com um papel preponderante na problematização das violências contra LGBTiq e PVHIV. A prevalência desses agravos pode ser confirmada pelo significativo aumento da procura dos serviços de saúde por parte das vítimas. As ocorrências registradas a partir da entrada de vítimas de violência devido a sua expressão sexual nas emergências dos hospitais se defrontam com duas questões centrais: reconhecer a violência sofrida e romper com uma recorrente prática de descrédito moral que responsabiliza o sujeito pelo ato criminoso cometido contra ele/a. A violência contra LGBTiq e PVHIV devido ao sexismo dos dispositivos discursivos é quase invisível, levando à carência de dados confiáveis para subsidiar a implementação de políticas públicas de maneira mais incisiva e permanente. Estas são questões relevantes e que justificam sensibilizar os profissionais de Saúde para que reconheçam o problema e acolham adequadamente às demandas, contribuindo para diminuir as vulnerabilidades vivenciadas.

PALAVRA CHAVE: diversidade sexual; homossexualidades; AIDS; violências.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 11 de Novembro e 09 de Dezembro de 2019



HORÁRIO: 08h às 18h

CARGA HORÁRIA: 20h (08hs presenciais e 12hr a distância)

LOCAL: Sala a confirmar

PÚBLICO: Profissionais de saúde

ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL: Saúde Pública.

NÚMERO DE PESSOAS ATINGIDAS: 30

OBJETIVO GERAL: Orientar e assessorar os profissionais do serviço de Saúde de Florianópolis sobre as demandas das populações LGBTiq e PVHIV, consideradas “desviantes da norma”, buscando a promoção da humanização do serviço e a defesa dos direitos humanos, por meio de capacitação; atendendo aproximadamente até 30 servidores.

Objetivos Específicos

Estabelecer “Rede de Informação” que dê suporte às vítimas de discriminação e violências e subsidie os serviços no atendimento.

Estratégias: 1- Realizar 01 curso (para técnicos, gestores e profissionais da secretaria municipal de saúde) divididos em 02 módulos por oficinas (20hs total curso, para 30 profissionais) com conteúdo específico.

JUSTIFICATIVA: o surgimento da temática de gênero despertou medo e intensificou preconceitos preexistentes na sociedade e no mundo. As primeiras vítimas dos discursos de ódio foram as mulheres e os homossexuais. Posteriormente, com a propagação da chamada ideologia de gênero, travestis, transexuais ou qualquer pessoa que adotasse comportamento inadequado para os modelos da sociedade passaram a ser apontados como aliciadores potenciais. Além da associação com a promiscuidade, as expressões da homossexualidade, desde sua categorização, estiveram sempre associadas à imoralidade e à falta de limites. Neste contexto de discriminação e preconceito surgem os direitos humanos, que nada mais são do que direitos fundamentais do homem, recorrendo aos recortes da análise de gênero para denunciarem as práticas de violência a que esta população é cotidianamente assolada. Conforme consagra nossa Carta Magna, as necessidades físicas e sociais do indivíduo devem ser protegidas e sua dignidade preservada. A discriminação tem consequências danosas para as pessoas LGBTiq e PVHIV e é um obstáculo aos programas de saúde pública. Muitas pessoas, devido à discriminação e à estigmatização da sexualidade, têm medo de procurar ajuda e acabam se afastando dos programas sociais criados para esse fim. Preferem ficar



na invisibilidade, no isolamento e ignorar o fato de poder ter sua livre expressão assegurada a ter que enfrentar os estigmas e os preconceitos relacionados às ideias que heteronormatividade legitima. Além do problema da discriminação para a saúde mental, o ser humano e sua dignidade social são intensivamente afetados. Ao assumirem suas sexualidades e/ou sorologia, o rechaço social é associado ao indivíduo, de modo que sua cidadania começa a desaparecer: demissão do emprego, proibição de frequentar determinados lugares, desprezo, omissão no atendimento médico e educacional; abandono da família e amigos; homicídios e suicídio são as principais consequências que atingem as pessoas LGBTiq e PVHIV. Esses tipos de atitudes adotadas prejudicam sua inserção e sua autoestima. Não resta dúvida de que a discriminação tem efeito negativo, no que diz respeito ao controle da vida privada das pessoas LGBTiq e PVHIV. Segundo o levantamento do Grupo Gay da Bahia, o Brasil registrou 445 casos de assassinatos de homossexuais em 2017. De acordo com a ONG Transgender Europe, entre 2008 e junho de 2016, 868 travestis e transexuais perderam a vida de forma violenta. Dentro de tal contexto, esta proposta vem enfatizar o citado problema, com o intuito de capacitar os profissionais/técnicos das políticas públicas, visando promover o acolhimento de pessoas LGBTiq e PVHIV, e impactar diretamente no acolhimento prestado.

METODOLOGIA: a metodologia prevê uma formação coletiva, portanto, oficina. Destaca-se por momentos de interação e troca de saberes, com dialogicidade - dinâmica freiriana - na relação interpessoal. De forma participativa e reflexiva, essa dinâmica toma como fundamento do processo pedagógico a relação teoria-prática,. Conforme Freire: “não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar” (Freire, 1998, p.127). O conceito de oficinas refere-se ao modo em que se aprende fazendo junto com os outros. “A oficina é um âmbito de reflexão e ação no qual se pretende superar a separação que existe entre a teoria e a prática, entre conhecimento e trabalho e entre a educação e a vida (Ander-Egg, Apud Omiste; López; Ramírez, 2000, p.178). Uma oficina se estrutura em ritmos, conforme a sincronia do grupo: é feita uma dinâmica de acolhida e entrosamento, para facilitar o conhecimento mútuo e a interação entre os participantes; os participantes compartilham a própria história de vida, onde este cotidiano é inserido no contexto mais amplo, referindo à realidade local . Desta forma, as oficinas pedagógicas possibilitam um processo educativo composto de sensibilização, compreensão, reflexão, análise, ação, avaliação. Para esse trabalho serão realizados 02 encontros em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, com carga horária de 04 horas aula cada sessão, com a participação de 30 pessoas (vagas). É proposta a seguinte estrutura para cada curso: uma sessão igual 04 horas aula cada, dividida em 05 módulos presenciais, com o apoio para espaço físico da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis. Cada oficina de 04 horas será dividida em 02 módulos e serão abordadas questões de: Direitos



Humanos, gênero, Identidade de gênero, violências e experiências (estudos de caso). Cada oficina iniciará às 18hs, e terá um intervalo de quinze minutos, sendo encerrada às 22h. Serão abordadas as bases teóricas de cada tema problematizando com o contexto da realidade local, na perspectiva de trabalharmos as teorias e as práticas com os participantes; ligando tais temas com a problemática social da diversidade/sexualidades/sorologia. Serão utilizados de dinâmicas de vivências com os participantes e aplicação de questionário para avaliação do curso. Serão distribuídas pastas com materiais referentes a direitos humanos e um questionário livre de identificação para medir questões de conhecimento, que servirá de subsídio para a elaboração do relatório final, à identificar as práticas cotidianas de negligências vivenciadas e/ou praticadas e o impacto da ação na qualidade do serviço. Deste modo o presente projeto visa refletir sobre os estigmas da sexualidade humana na compreensão dos profissionais que atuam em estabelecimentos de saúde, ressaltando assim a complexidade dos problemas de saúde relacionados à diversidade sexual e a importância da produção de um ambiente acolhedor e equânime, uma vez que o silenciamento e a negação da diferença contribuem para o enaltecimento das manifestações de preconceito. “A oficina constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto e troca de experiências. Portanto, as oficinas são unidades produtivas de conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem transferidas a essa realidade a fim de transformá-la.” (Kisnerman).

Avaliação:

Frequência mínima de 75% de participação

Resultados esperados:

Ter qualificado 30 profissionais da rede pública de saúde em relação aos aspectos que tangenciam a orientação sexual e a inadequação de identidades biológicas, considerando o aspecto humano e a integralidade do usuário do SUS, promovendo a conscientização em perspectiva crítica acerca da pluralidade sexual.

Conteúdos a serem ministrados/abordados:

- Diversidade: o excesso acrítico frente ao sintoma existencial e o rascunhar do corpo.
- Saúde LGBTiq+: humanização e pedagogia do diálogo.
- Vivências e experiências: estudos de caso.

PROGRAMA:



Módulo: Diversidade Sexual, vulnerabilidade e HIV.

11/11/2019

18h às 18h45m

Apresentação do Projeto.

Apresentação das/os participantes.

Primeiras informações. (Questionário).

Conceitos: Sexualidades e Direitos Humanos.

18h45m às 19h15m

Debate centrado nos conceitos

19:15 às 20h

Desigualdades sexuais e conceitos LGBTiq+.

20h Intervalo

20h15m

Entrelaçando os conceitos: histórico da luta contra AIDS e o programa de humanização do SUS.

21h às 22h

Roda de discussão com base em relatos dos/as participantes: Prática e cotidiano dos serviços.

Módulo 3 e 4: Interseccionalidades e humanização

09/12/2019

18 às 20h

Trabalhos e Pesquisas sobre Diversidade sexual, recorte étnico/racial, sorologia positHIVa e Humanização do SUS, debate.

20h Intervalo

20h15m

Narrativas sobre vivências e experiências: estudo de caso.

21h às 22h

Debate, avaliação oral e perspectivas

Bibliografia:



BATAILLE, Georges. O erotismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Brasil. Ministério da Saúde. Ações e programas. Política Nacional de Humanização - Tiragem: 1ª edição – 1ª reimpressão – 2013 – Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

Jesus, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização?. Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental, v. 20, n. 2, p. 307-330, 2017.

KALCKMANN, Suzana et al. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?. Saúde e sociedade, v. 16, p. 146-155, 2007.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana, n. 1, p. 125-157, 2009.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil. Revista de Antropologia, v. 57, n. 1, p. 119-144, 2014.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-82, 1999.